

terça-feira magra

A fim de provar que não ganhou para nada a batalha do sistema de governo, Sarney necessita urgentemente de um plano antiinflação, mas as alternativas estudadas pela equipe econômica atam um nó sempre que desatam outro

Pacote de contradições

No discurso que iria pronunciar na primeira reunião com seu ministério, o presidente Tancredo Neves punha a tônica sobre três palavras — “é proibido gastar”. Transformadas em mote, elas não puxam música nenhuma. Em compensação, o som do déficit público continua a pedir que alguém orquestre, de qualquer maneira, o que está desafinado na Nova República para que ela não atravesse de vez no passo da hiperinflação.

Nas semanas que antecederam a votação decisiva na Constituinte, dois grupos de economistas começaram a se reunir. Os do lado do PMDB, certos da vitória, começaram a preparar um plano de emergência. Em torno do PFL formou-se outro pólo de economistas — conservadores — que se puseram também a elaborar um roteiro a ser seguido caso o PMDB fosse derrotado. A questão é que ambos os lados propunham exatamente a mesma coisa: um programa de austeridade e de combate vigoroso ao déficit público.

Na noite da vitória, entretanto, o presidente José Sarney, que no início de seu governo citara as palavras de Tancredo, comentou com amigos a possibilidade de um novo congelamento e de retomada do crescimento da economia. Sarney continua sonhando com a volta de sua popularidade. Os remédios amargos que estão sendo cozidos pela alquimia dos ministros da Fazenda e do Planejamento certamente não levarão a isto. O que vai acontecer nas próximas semanas no Brasil é mais uma vez a disputa para saber onde cortar. “O consenso sempre acaba quando se começa a definir as medidas”, diz Mailson da Nóbrega.

De qualquer maneira, o governo terá necessariamente que cortar o déficit público. Não por opção ideológica pela austeridade, mas forçado pelas circunstâncias: um colossal desequilíbrio nas contas, já chegando a 8% do PIB. Além disso, sem os cortes não há chances de se acertar a equação externa. O problema é que o governo Sarney continua a mesma sucessão de contradições que o tem caracterizado desde a posse. Na semana passada, enquanto os ministros da Fazenda e do Planejamento se debriçavam sobre a folha de salários do funcionalismo para definir o que é possível economizar, o Banco Central decidiu lançar no mercado um novo título — a OTN — muito mais caro do que as letras com que trabalhava. Pelas contas do ex-secretário do Tesouro, Andrea Calabi, o novo título poderá custar ao governo 300 bilhões de cruzados por ano; ou seja, mais de três vezes o gasto de fevereiro com os salários dos funcionários públicos federais.

De qualquer maneira, a equipe técnica da Fazenda e do Planejamento prossegue em seus estudos, mesmo que técnicos, para um ajuste final permanente e para a definição da política econômica do país. Está sendo considerado um corte estrutural no déficit e uma proposta, a ser discutida com a sociedade, de reajuste trimestral dos salários pelo valor integral da inflação acompanhado pela liberação dos preços. Isso caso a inflação permaneça estável. Por essa razão, eles aguardam com uma certa dose de ansiedade o resultado dos índices de abril.

De acordo com um estudo que circula nos gabinetes econômicos, a manutenção da URP — que em março deverá ficar acima da inflação — tende a realimentar o processo e, com isso, quem mais perde são justamente os salários. As projeções feitas com inflação de 16% ao mês indicam que o reajuste trimestral manteria os salários estáveis, enquanto a liberdades de preços — exceto para os oligopólios — afastaria o fantasma do congelamento, tão caro ao presidente. E isto pouco evitaria os aumentos preventivos que inflacionam ainda mais a economia.

Mas essa proposta poderá ser derrubada, caso a inflação não esteja estabilizada, como acreditam certos setores do governo. Se o índice explodir para cerca de 30% ao mês, por exemplo, não restaria alternativa senão o congelamento temporário dos preços. A equipe econômica já admite que o déficit está em torno de 6% do PIB. Ou seja, este é o tamanho do rombo das contas públicas, resultado de envidamentos acumulados ao longo dos últimos anos, e que agora precisa ser coberto com a emissão de títulos ou de moeda. É por isso que, embora o governo pleneje orçamentos com metas de déficit, elas acabam sempre superadas, porque são resultados de exercícios anteriores.

Segundo um assessor direto do ministro Mailson da Nóbrega, o déficit potencial de 1988 “poderá ser reduzido com as medidas de emergência que estão em preparação — como cortes na folha de pessoal —, mas elas não terão resultado no próximo ano”. A redução dos salários deverá ser reposta em 1988, nas datas-base de cada categoria, o que significa que as projeções de gastos com pessoal deverão se repetir no ano que vem. “Por isso estamos estudando a demissão de pessoal, a partir de um levantamento criterioso”, adianta um assessor. Claro, essa dispensa de funcionários, se for adotada, deverá ser precedida por indenizações que garantam “o rendimento dos demitidos, pelo menos durante seis meses”, explica outro criterioso funcionário.

Mas há o problema jurídico para a demissão dos funcionários públicos: os estatutários são estáveis; e os contratados pela CLT acabam equiparados aos primeiros pela Justiça do Trabalho. Mas isso sempre pode ser contornado, sugere um jurista que prefere permanecer anônimo. Deve-se acrescentar a isso os cortes no custeio — vantagens concedidas aos funcionários de Brasília, transporte, apartamentos, até despesas com material — a famosa economia dos clips.

Outra medida estudada: o fechamento e privatização de empresas estatais. Já existe um decreto-lei preparado pelos técnicos destinado a reorganizar as empresas estatais. Os assessores do governo estão convencidos de que o ataque ao déficit público criará condições para se estabelecer uma política monetária. Com a redução do déficit, será menor a pressão que o seu financiamento exerce sobre o mercado financeiro, o que acaba inviabilizando a utilização de instrumentos de controle de taxa de juros, por exemplo.

Agenda de riscos

Mas existem os tropeços do pacote, o cronograma das crises, a agenda dos riscos sociais, envolvido nessa operação friamente definida por técnicos e burocratas. A ameaça de extinção da URP, da demissão de servidores acaba alterando toda a estrutura de negociação salarial no país e aproximando todas as correntes políticas que atuam no sindicalismo brasileiro. Não há mais datas-base e, por consequência, campanhas salariais específicas por categorias profissionais, até que o governo resolva anunciar o teor do pacote em preparação.

Resultado: tendência à união dos servidores públicos federais, estaduais e municipais a boa parte dos trabalhadores ligados à iniciativa privada. Galvanização da CUT, CGT, USI, Federações e confederações e sindicatos numa frente única contra a extinção da URP. Fala-se em greves gerais, agora nada políticas. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em reuniões sucessivas com lideranças sindicais, já avisou que, desta vez, vai ser um aliado dos sindicalistas. “Se a URP sair do cenário, saio junto”, garantiu ele.

Paradigma de moderação e pragmatismo, o presidente do sindicato dos eletricitários de São Paulo, Antonio Rogério Magri, modificou seu discurso e adotou a linha do confronto. Segundo ele, os 250 mil eletricitários de todo o país “podem apagar as luzes do Oiapoque ao Chui”. Para o presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Pau-

lo, o normalmente comedido Luis Antônio de Medeiros, “tudo está nas mãos de Sarney, hoje ele está fortalecido, mas em dois dias ele poderá se enfraquecer”. Segundo Medeiros, retirar a URP vai significar uma imediata pressão pelos quatro anos, coisa que o presidente não deseja.

É incrível que o governo tenha gasto três anos para retornar ao ponto em que estava, quando recebeu a herança da equipe Delfim/Pastore. Por isso, Afonso Celso Pastore, o último presidente do Banco Central do período militar tem palavras particularmente duras para julgar a atual equipe econômica. Para ele, “não tem choque, nem meio choque que resolva essa crise, não há outro caminho para sair do túnel senão o da redução do déficit”. Segundo Pastore, 1988 será um ano de crise, assombroso simultaneamente pela recessão e pela inflação. Ele propõe que o governo encurte a rédea monetária, elevando suavemente as taxas de juros e sufocando a emissão de moeda. “Se as taxas subirem rápido demais, o país mergulha na recessão; se as taxas não subirem, o mercado vai se aquecer e gerar uma hiperinflação, porque os preços industriais estão deprimidos”.

Mas existe um setor encorajado com o que vem acontecendo: o dos nossos credores externos. Entre os funcionários do governo americano, encarregados de acompanhar a evolução dos acontecimentos no Brasil, a reação foi de alívio na terça-feira que escolheu o

presidencialismo e os cinco anos. Diz um funcionário da CIA em Washington: “O Brasil parecia paralisado por essas questões, mas para nós era difícil acompanhar esses debates sem sentir sono”. Para lá do sono da CIA, os banqueiros que participam das negociações de nossa dívida externa pareciam felizes no decorrer dessa semana. Mas, diz um deles, “o fim da discussão do regime só terá significado prático se Sarney tomar medidas de controle sobre a economia”. O otimismo diante da retomada do pagamento dos juros é temperado pela preocupação diante da preocupação com os déficits. “Se o governo não reduzir suas despesas, a estagnação virá logo e surgirão os impasses políticos”, advertiu um banqueiro europeu que tem resistido a fazer novos empréstimos ao Brasil.

Em Paris, noticia-se que, assim o Brasil concluir um acordo com o FMI, as portas do Clube de Paris se abrirão para a renegociação da dívida. É bom lembrar que o Brasil deverá pagar este ano 2 bilhões de dólares ao Clube de Paris, e que este parece ser o único meio de renegociar tal pagamento. Embora a data da renegociação ainda não esteja marcada, Mailson da Nóbrega já retomou contato com as autoridades do Clube recentemente, em Caracas. E é bom que ele o tenha feito. Porque, ao que tudo indica, será preciso que o governo acerte para que o país possa votar.

